

**Como se de ventre livre nascera: a política da alforria nas vilas de Barbacena, São José e São João del-Rei c.1775 - c.1800.**

Sirleia Maria Arantes

**Resumo:** Esta comunicação tem por objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa sobre a política alforria nas vilas de Barbacena, de São José e vila de São João del-Rei (c.1775-1800), pertencente a Comarca do Rio das Mortes. A fim de apreender as nuances da política da alforria nessa vila, faz-se necessário analisar, juntamente com o gênero, a procedência dos alforriados, a forma com se conquistava a liberdade. Para tal é preciso considerar é a organização em grupos étnicos a partir dos etnônimos impostos nos portos de embarque, apreendendo a concepção de grupos étnicos e adscrições. A aceitação dos nomes de nação impostos pelo sistema escravista e dos papéis desempenhados pelos atores portadores de cada etnônimo é perceptível na alforrias. Nestas o etnônimo e adscrição que se encontra no corpo da carta vislumbra-se o nome de nação conhecido e dado pelo senhor ao seu cativo e já na petição que antecede o registro da manumissão está presente a auto-adscrição que o africano impunha-se. O objeto de análise dessa comunicação é o grupo étnico dos alforriados e homens forros a partir dos etnônimos impostos pelo sistema escravista para perceber as identidades construídas nas Minas setecentistas e a tipologia das alforrias.

**Palavras-chave:** alforria, grupos étnicos, Barbacena.

### Introdução

Este ensaio tem por objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa sobre a política alforria nas vilas de Barbacena, de São José e São João del-Rei, c.1775 a c.1800<sup>1</sup>, pertencente originalmente a Comarca do Rio das Mortes. A fim de apreender as nuances da política da alforria nessa vila, faz-se necessário analisar, juntamente com o gênero, a procedência dos alforriados, a forma como se conquistava a liberdade. A liberdade para o glossarista Rafael Bluteau significa “dar a liberdade a alguém, tirá-lo

---

<sup>1</sup> O projeto de pesquisa é intitulado “**Como se de ventre livre nascera: as alforrias em Barbacena c.1775- 1888**”, desenvolvido pelos bolsistas do Cnpq Junior do Campus Barbacena do IF SUDESTE MG.

do cativoiro (...) dar o senhor Liberdade ao escravo. Deixa-lo forro”<sup>2</sup>. Na conceituação da palavra liberdade, Bluteau explicita que vem do latim *manumitir*, um termo forense, uma vez que os “romanos quando davam a liberdade a um escravo e pegava-lhe a mão e lhe diziam liberto”<sup>3</sup>. E o vocábulo alforria vem do árabe AL-huruâ, que significa liberdade do cativoiro concedida ao escravo. O ato de alforriar estava inserido no direito consuetudinário, pois não havia na América portuguesa colonial e na Constituição de 1824 uma legislação específica sobre a escravidão e a manumissão<sup>4</sup>. As Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas não tratam as formas da alforria, pressupondo a sua existência baseada no direito romano<sup>5</sup>. Estas legislações segundo Lima foram compiladas das *Siete Partidas*, ao lado do direito romano, canônico e de leis locais anteriores<sup>6</sup>. A única legislação acerca da liberdade de escravos foi sancionada apenas para o Reino de Algarves e para algumas províncias de Portugal, não se estendendo para os domínios ultramarinos da Coroa Lusa. Esse Alvará, sancionado em 19 de setembro de 1773, previa que a partir da data do alvará com força de lei. todos os que nascessem ficariam livres<sup>7</sup>.

A prática da alforria foi largamente praticada na América portuguesa e posteriormente no Império do Brasil calcada no direito consuetudinário. O ato de conquistar a liberdade caminhava com cotidiano da escravidão, em que o escravo tecia as redes, adquiria o pecúlio e as estratégias para se libertar do jugo da escravidão. O palco dessa política individual ou apoiada pela rede de solidariedade se desenrolou nas vilas de Barbacena, de São José e São João del-Rei, c.1775 a c.1800.

O recorte cronológico foi pautado na documentação encontrada, assim o início corresponde a primeira alforria encontrada no Livro de Notas da vila de São João del-Rei e uma vez que as manumissões para São João del-Rei já foram transcritas e compõe

---

<sup>2</sup> BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português & latino. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. v. 2. p. 113.

<sup>3</sup> BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português & latino. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. v. 5. p. 304.

<sup>4</sup> CUNHA, Manuela Carneiro. Sobre os silêncios da lei. Lei costumeira e positiva nas Alforrias de escravos no Brasil do século XIX. Revista Mexicana de Sociologia, México, v.46, nº2, p.45- 60, abr/jun.1984. p. 45.

<sup>5</sup> FARIA, Sheila de Castro. Alforria. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. FARIA (2000).

<sup>6</sup> LIMA, Douglas. *A polissemia das alforrias: significados e dinâmicas das libertações de escravos nas Minas Gerais setecentistas*. 2014. Dissertação (Mestrado)-Departamento de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014, p.36

<sup>7</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A luta pela alforria. \_\_\_\_\_. (Org.). Brasil: Colonização e Escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.306.

o banco de dados da professora Sheila de Castro Faria<sup>8</sup>. O projeto de pesquisa, inicialmente era apenas sobre a vila de Barbacena, porém, ao mapear as fontes descobriu-se que os livros de Notas do 1º e 2º Ofício ainda se encontram sob a salvaguarda dos Tabeliães e apenas alguns Livros de Notas estão sob a salvaguarda do Arquivo Municipal Altair Savassi. O primeiro empecilho foi o mapeamento das fontes, pois os livros ficam alocados na casa do tabelião. O segundo foi o acesso a documentação, pouquíssimas horas na bancada de atendimento do Cartório. Ainda não se sabe a quantidade de livros de Notas que o Cartório do 1º Ofício possui, então solicitou-se o primeiro livro e devido a toda logística de pesquisa optou-se por iniciar a pesquisa por aquele tombo. Sendo assim, o recorte cronológico dessa pesquisa abarcou para Barbacena 1796 a 1800 e para São João del-Rei o período de 1774 a 1799 e São José del-Rei 1799 a 1800. Esta última data corresponde a um livro de Notas presente no Arquivo Municipal de Barbacena catalogado erroneamente como sendo de Barbacena. Desta forma, a primeira data para Barbacena corresponde ao primeiro livro encontrado no Arquivo Municipal Altair Savassi, enquanto aguardava o a decisão judicial para consultar os restantes dos Livros de Notas no 1º e 2º Ofício dos Cartórios de Barbacena, que foi negada pelo Juiz do Foro de Barbacena. Para dar continuidade ao projeto optou-se por retroceder ao ano de 1775, primeiro livro de Notas de São João del-Rei, para observar as alforrias sancionadas para o arraial da Igreja Nova registrados na cabeça da Comarca. O fim do recorte cronológico foi pautado pela documentação acessível, considerando o dinamismo do crescimento econômico da Comarca é atestado pelo crescimento populacional<sup>9</sup> e a ampliação de suas relações comerciais, pois as vilas de Barbacena, São João del Rei e São José del-Rei constituíam um importante polo comercial, que centralizava o fluxo de mercadorias de diversas regiões da Capitania mineira para o Rio de Janeiro<sup>10</sup>.

O recorte espacial desses resultados circunscreve-se à Comarca do Rio das Mortes, particularmente nas vilas de Barbacena, de São José e de São João del-Rei nos setecentos, apreendendo a dinâmica da política da alforria. A abundância de ouro encontrado na região das Minas e o desenvolvimento de uma economia comercial promoveram o aparecimento de uma sociedade urbana, que atraía grandes fluxos

---

<sup>8</sup> Agradeço a professora Sheila de Castro Faria por ter disponibilizado o banco das alforrias para São João del-Rei.

<sup>9</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites Regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro*. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

<sup>10</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

populacionais, permitindo o crescimento dos setores médios e dos desclassificados. Devido ao grande fluxo populacional, o Arraial Velho foi elevado à vila de São João del Rei na região da Comarca do Rio das Mortes. Este Arraial teve seu foral de vila em 1712 e foi levantado a essa categoria em 8 de dezembro de 1713 e à categoria de cidade em 1838<sup>11</sup>. Dois anos após a sua elevação à vila, fora escolhida pela Coroa portuguesa para tornar-se administrativamente a cabeça da Comarca do Rio das Mortes e centro do distrito eleitoral em 1714. A vila de São José del-Rei teve o seu foral de vila em 19 de janeiro de 1718 e foi levantada a essa categoria em 12 de janeiro de 1719, por D. Baltazar da Silveira, com a justificativa de que criava mais uma vila para a comodidade dos moradores que tinham de atravessar o rio quando iam a São João del-Rei<sup>12</sup>.

A vila de Barbacena originalmente surgiu do arraial da Igreja Nova de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo às margens do Caminho Novo. O arraial foi elevado a Vila de Barbacena em 14 de agosto de 1791. O nome foi escolhido para homenagear o governador de Minas Gerais, Visconde de Barbacena. mas a antiga freguesia surgiu nos primórdios da procura do ouro e se consolidou como povoação com a abertura do Caminho Novo “inaugurado” a partir de 1701/1702<sup>13</sup>. Este foi aberto pelo bandeirante Garcia Rodrigues Pais, que oficialmente tomou posse das terras da Borda do Campo e seu primo/cunhado, em 1703, Domingos Rodrigues Fonseca Leme, “edificou a casa sede da fazenda da Borda do Campo e concluiu, em 1711, a capela de Nossa Senhora da Piedade”<sup>14</sup>. Em meados do século XVIII, já havia várias sesmarias doadas as famílias pioneiras às margens do Caminho Novo, como Edna Resende aponta como o monopólio e concentração de terras ampliou as possibilidades de desenvolvimento de atividades agropastoris interligadas ao dinâmico mercado interno<sup>15</sup>. O *status* de cidade, por sua vez, ocorreu por meio da Lei Provincial nº. 163, de 9 de março de 1840. Hoje essa região compreenderia boa parte do que geograficamente denomina-se Campos das Vertentes, Zona da Mata e Sul de Minas.

---

<sup>11</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831- 1888)*. São Paulo: Annablume, 2002. p. 33.

<sup>12</sup> VELLOSO, Herculano. Ligeiras memórias sobre a Vila de São José: nos tempos coloniais. Belo Horizonte, 1955, p. 14-19.

<sup>13</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 21, jul. 1999. p 183

<sup>14</sup> RESENDE, Edna Maria. Do debate político à notícia: a imprensa periódica em Barbacena - séculos XIX e XX. *Mal Estar*, v .5, nº8, p.15- 26, jan/jun. 2012. p. 125.

<sup>15</sup>RESENDE, Edna Maria. Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840). Tese de doutorado, UFMG, 2008.

Nessa região com a abundância de ouro, delineou-se uma economia comercial que propiciou o aparecimento de uma sociedade urbana, atraindo grandes fluxos populacionais e permitindo o crescimento dos setores médios e dos desclassificados<sup>16</sup>. Em uma sociedade economicamente ativa e urbana, observa-se a presença de muitos escravos, por conseguinte, a prática consuetudinária da alforria, pois não havia na América portuguesa uma legislação específica sobre a escravidão e a manumissão<sup>17</sup>. Para a década de 1830, Maria do Carmo Salazar ao trabalhar com as listas nominativas, aponta que para uma população de 36.159 mil pessoas, com 16.801 cativos e 19.358 livres<sup>18</sup>. Ao trabalhar com os inventários, Resende demonstra a presença constante de escravos na vila de Barbacena e seu termo<sup>19</sup>. A grande presença de escravos permite inferir a presença de alforrias nos Livros de Notas.

A vila de Barbacena, em finais dos setecentos e nos oitocentos ao lado de São João del-Rei, era um polo comercial, centralizando o fluxo de mercadorias de diversas regiões. A primeira configura como a princesa do Campo e a segunda a princesa do Oeste e ambas situadas numa região de entreposto, “São João del-Rei drenava a maior parte das exportações de subsistência mineira, ao passo que Barbacena concentrava principalmente as exportações de algodão”<sup>20</sup>. Entre essas duas vilas desponta a vila de São José del Rei, com as mesmas características econômicas e principalmente por intermediar o caminho para o mercado do Rio de Janeiro e com a região do oeste e a capital da Capitania de Minas Gerais.

Nesse caso, não apenas como entreposto comercial, mas ambas recebiam um grande contingente escravista. A dinâmica da região segundo Graça Filho vai além da crise da mineração, como aspectos demográficos e econômicos para abrigar o desenvolvimento agropastoril na região<sup>21</sup>. Em uma economia fluida e constante movimento a aquisição da alforria é uma possibilidade,

---

<sup>16</sup>SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>17</sup>CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei. Lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. *Revista Mexicana de Sociologia*, México, v.46, n. 2, p. 45, abr/jun. 1984.

<sup>18</sup>MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da; LIMA, Maurício Antônio de Castro. População de Minas Gerais na segunda metade do Séc. XIX. In: X Seminário Sobre a Economia Mineira. X, 2002, Diamantina. In: Anais... Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2002.

<sup>19</sup>Rezende, 2008.

<sup>20</sup>LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808- 1842. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 89-90

<sup>21</sup>GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. O amanhã do Ouro. p. 43.

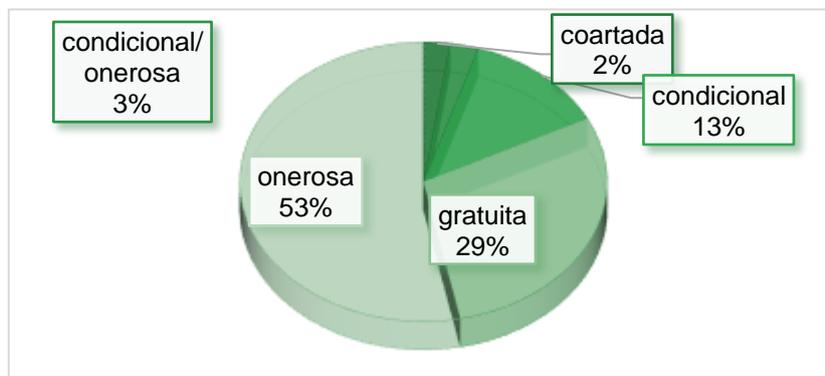
Ao pesquisar as alforrias, o primeiro objetivo é quantificá-las e depois analisá-las, mas para a Vila de Barbacena é um pouco frustrante, pois os Livros de Notas presentes nos Cartórios estão com as séries incompletas no 2º Ofício faltam os livros 1,2, 4 e 5 e no 1º Ofício falta o livro um. Outra situação que deve ser ressaltada é que a maioria dos livros pesquisados são do segundo Ofício, perfazendo um total de 259 alforrias. Mesmo com todas as dificuldades de pesquisa nos arquivos cartorários optou-se metodologicamente a partir desse universo de alforrias estabelecer alguns resultados, mesmo que os números não abarquem uma análise serial quantitativa para o final dos setecentos e início dos oitocentos. Com essas fontes é possível compreender como os escravos adquiriam suas liberdades na vila de Barbacena. As formas de se libertar são distintas, dependia da capacidade de cada agente no seu dia a dia, que agenciava meios para adquiria-la ou simplesmente para sobreviver a um “justo cativo”. Desse modo, dividem-se as alforrias em três grupos, quais sejam, gratuitas, condicionais e onerosas (Gráfico I). A utilização da palavra gratuita é para indicar que não houve relação monetária na conclusão da alforria, o que não significa uma gratuidade simplesmente, pois os escravos que alcançaram a manumissão por esse mecanismo trabalharam com mais afinco e demonstraram fidelidade ao senhor durante a sua permanência sob o poder senhorial.

A primeira etapa do projeto foi organizar o banco de dados referente a cidade de São João del-Rei, utilizando 5 Livros de Notas do 1º e 2º Ofício, observamos libertos em variadas circunstâncias, podendo as alforrias serem distribuídas em gratuitas, as condicionais, as onerosas e pelo fundo de emancipação. A segunda etapa foi organizar o mesmo banco para a cidade de Barbacena, transcreveu-se 3 livros de Notas que se encontra no Arquivo Altair Savassi e um livro para a vila de São José del Rei. Ambos os livros pertenciam ao Cartório do 2º Ofício das referidas vilas.

Para São João del-Rei no período de 1775-1799 foram transcritas 590 Cartas de Liberdade, o maior número de manumissões é gratuito ou incondicional (29%). Já para Barbacena no período de 1796-1848, foram transcritas 299 alforrias. Mesmo com todas as dificuldades de pesquisa nos arquivos cartorários optou-se metodologicamente a partir desse universo de alforrias estabelecer alguns resultados, mesmo que os números não abarquem uma análise serial/quantitativa para o final dos setecentos e oitocentos. Com essas fontes é possível compreender como os escravos adquiriam suas liberdades na vila de Barbacena.

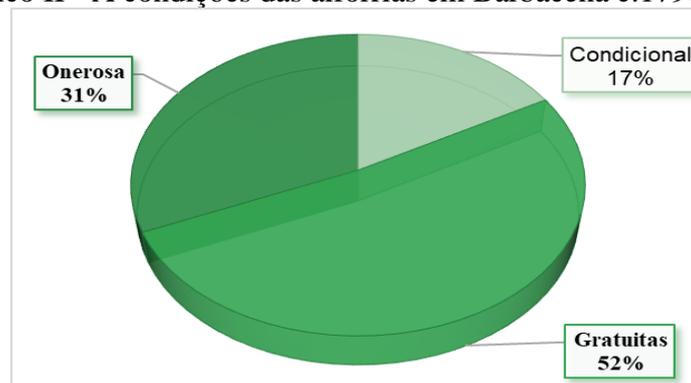
Entretanto, finais dos setecentos e dos oitocentos as formas de se libertar são distintas, dependia da capacidade de cada agente no seu dia-a-dia, que agenciava meios para adquiri-la ou simplesmente para sobreviver a um “justo cativeiro”. Desse modo, dividem-se as alforrias em três grupos, quais sejam, gratuitas, condicionais e onerosas (Gráfico I e II). A utilização da palavra gratuita é para indicar que não houve relação monetária na conclusão da alforria, o que não significa uma gratuidade simplesmente, pois os escravos que alcançaram a manumissão por esse mecanismo trabalharam com mais afinco e demonstraram fidelidade ao senhor durante a sua permanência sob o poder senhorial.

Gráfico I- A condições das alforrias em São João del-Rei c.1775- c.1800



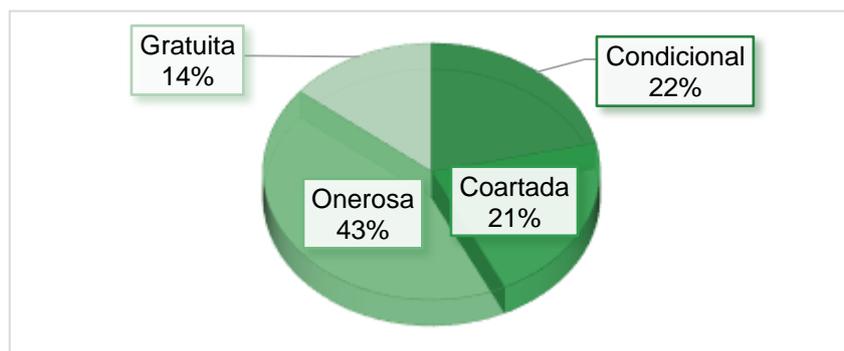
Fonte: Arquivo Técnico do IPHAN. Livros de Notas do 1º e 2º de São João del-Rei (C.1850-1888)

Gráfico II - A condições das alforrias em Barbacena c.1796-1800



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi, Livros de Notas do 2º Ofício de Barbacena (c.1796- c.1800)

Gráfico III - A condições das alforrias em São José del-Rei c.1799- c.1800



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi, Livros de Notas do 2º Ofício de São José del Rei , C.1799- C.1800.

As justificativas para libertar gratuitamente os mancipios foram diversas, mas entre elas se destacaram os argumentos de “tem servido a 19 anos e nele tem achado boa lealdade e pelos bons serviços que ele tem feito e ajudado no ofício de sapateiro”<sup>22</sup>, “pelo amor que lhe temos e por humanidade”<sup>23</sup>, “por amor por ter lhe criado em meus braços”<sup>24</sup>, “pelos bons serviços que me temos recebido dela e dar nove crias”<sup>25</sup> e várias outras alegações como por ser meus filhos, por contemplação, pelo bom comportamento, por ser morfético. A partir dessas justificativas, percebe-se que a alforria gratuita não era apenas um ato magnânimo senhorial, mas um entrelaçamento de sentimentos e obrigações que o escravizado enredava consciente ou inconscientemente a seu favor. Esse tipo de alforria não implicava uma ausência de negociação, mas uma trama tecida cotidianamente com trabalhos, fidelidades e demonstrações de laços afetivos.

Dentre as alforrias gratuitas chama atenção a justificativa que a liberdade estava sendo concedida para além dos “bons serviços prestados” por ter dado crias. Em algumas menciona a quantidade de filhos gerados, ou simplesmente a palavra bastante. A escrava Carlota cabra recebera a promessa da alforria se gerasse 10 filhos para os seus senhores como consta em sua Carta de Liberdade “cuja escrava nos prometemos libertá-la, logo que nos desse 10 crias, tendo Deus a favorecido a realidade por meio do seu marido”<sup>26</sup>.

<sup>22</sup> Cartório 2º Ofício de Barbacena. Carta de Liberdade de Francisco benguela. Livro de Notas nº 6, fl. 118v.

<sup>23</sup> Cartório 2º Ofício de Barbacena. Carta de Liberdade de Rita, parda. Livro de Notas nº 6, fl. 121v.

<sup>24</sup> Cartório 1º Ofício de Barbacena. Carta de Liberdade de Maria Elena do Sacramento. Livro de Notas nº 3, fl. 79.

<sup>25</sup> Cartório 2º Ofício de Barbacena. Carta de Liberdade de Emerenciana, crioula. Livro de Notas nº 6, fl. 87v.

<sup>26</sup> Cartório 2º Ofício de Barbacena. Carta de Liberdade de Carlota cabra. Livro de Notas nº 6, fl. 79.

Os laços de afetividade são perceptíveis quando o filho liberta a mãe, como fez Francisco Pinto Souza ao libertar sua mãe Rosa de nação Mina<sup>27</sup>; ou o contrário, quando a mãe liberta o filho, como está presente nas alforrias dos crioulos Gonçalo e Severino. A mãe de Gonçalo, Joana Antônia de Jesus, preta forra, moradora no Bichinho, em 1754, comprou o filho da mão de Bernardo Cardoso, preto forro, pela quantia de setenta e sete oitavas e meia de ouro e o libertou gratuitamente da escravidão 21 anos após a sua compra<sup>28</sup>. A mesma situação está presente na alforria de Severino quando, em 1775, a sua mãe Quitéria Moreira e seu marido José Fernandes, pretos forros, moradores na paragem do Pega Bem, o compraram de Luis Fernandes de Carvalho pela “razão de haverem recebido do mesmo escravo bons serviços como também por ser filho dela outorgante sua mulher o libertava”<sup>29</sup>.

Além dos laços familiares, havia os afetivos ou obrigações devidas àquele que amparava na velhice ou na doença, como é o caso de Caetano angola, que, em 1775, alcançou alforria por esses meios, pois o seu senhor, Capitão Francisco da Costa Nogueira, afirmou em sua carta de alforria que fazia tal ato pelos bons serviços e fidelidade demonstrada. No final da mesma, o dito Capitão roga à D. Ana Maria Joaquina, e na falta dela ao Reverendo Francisco Xavier da Fonseca, que lhe fornecesse “encosto para que não passe necessidades na sua saúde ou enfermidades e se quiser e puder faça o seu enterro”<sup>30</sup>.

Desta forma, a política de negociação para os senhores era uma forma de produzir fidelidade e aumentar a sua autoridade sobre os mancípios, ao passo que para os cativos era a possibilidade da alforria<sup>31</sup>. A partir dessas justificativas, percebe-se que a alforria gratuita não era apenas um ato magnânimo senhorial, mas um entrelaçamento de sentimentos e obrigações que o escravizado enredava consciente ou inconscientemente a seu favor. Esse tipo de alforria não implicava uma ausência de

---

<sup>27</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Escritura de Alforria e Liberdade de Rosa Mina. Livro de Notas (1774 - 1775).

<sup>28</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Escritura de Alforria e Liberdade de Gonçalo crioulo. Livro de Notas (1774-1775).

<sup>29</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Escritura de Alforria e Liberdade de Severino crioulo. Livro de Notas (1773-1775), fl.126v. Em um pesquisa envolvendo os registros de óbitos e o Rol dos Confessados para a vila de São José, Libby percebeu que Quitéria Moreira comprou todos seus filhos escravos, começando pelo mais novo. LIBBY (2000).

<sup>30</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Papel de Alforria e Liberdade de Caetano angola. Livro de Notas (1774-1775).

<sup>31</sup> MATTOS, Hebe Maria. Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

negociação, mas uma trama tecida cotidianamente com trabalhos, fidelidades e demonstrações de laços afetivos.

Nas alforrias incondicionais percebe-se que, as relações entre senhor e escravo permeavam o cotidiano. A fim de obscurecer o papel do cativo na conquista da alforria, os senhores a concediam, afirmando que faziam tal ato, “sem ônus e sem constrangimento de pessoa alguma”, mas pelos serviços que o escravo lhe prestara. Em relação às alforrias condicionais e onerosas, utilizavam o mesmo argumento, porém mencionam a quantia recebida em relação ao pagamento da manumissão feito pelo escravo. Desta forma, eram construídos os laços de dependência, de amizade, de fidelidade e as relações conflituosas, presentes no mundo do senhor e do escravo, portador de uma lógica própria.

A alforria condicional consistia em libertar os escravos, mediante à morte dos seus senhores, havendo também doação de terras aos escravos e remuneração aos mesmos no período em que permanecessem na “companhia de seu senhor”. Em ambas as situações se percebe o intuito de fixar o liberto na localidade e estreitar os laços de dependência.

Ao trabalhar com as alforrias para a Bahia, Schwartz as divide apenas em onerosas e gratuitas, sendo que 47,7% das emancipações foram obtidas por pagamento ao senhor, demonstrando que houve um equilíbrio entre as alforrias gratuitas e as onerosas. A presença das alforrias onerosas, segundo Schwartz, explica-se por três assertivas. A primeira seria uma prova da abertura e da natureza mais humana da escravidão no Brasil; a outra, pela necessidade de se ter trabalhadores cordatos pela promessa da liberdade; e a terceira era a possibilidade de serem reembolsados<sup>32</sup>. Ao analisar as alforrias para a vila de Mariana, Monti<sup>33</sup> utiliza a mesma divisão de Schwartz e aponta que 58% das manumissões analisadas eram pagas. Para Vila Rica, Aguiar<sup>34</sup> encontra um total de 61% de alforrias pagas. Esse último explica a incidência de liberdades pagas por meio das especificidades das Minas Gerais, a vulgarização do “sistema de jornais” e a autonomia conferida pelas atividades mineratórias e urbanas. Já Paiva, ao analisar as alforrias testamentárias, menciona que algo em torno de 40% das

---

<sup>32</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, pp. 194-195.

<sup>33</sup> MONTI, Carlo Guimarães. Por amor a Deus: O processo de alforria dos escravos de Mariana (1750-1759). *Revista do Centro Universitário Barão de Mauá*, São Paulo, v. 1, n. 1, jan/jun 2001.

<sup>34</sup> AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Negras Minas Gerais: Uma História da Diáspora Africana no Brasil colonial*. 1999. Tese (Doutorado)–Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

manumissões eram onerosas, tanto à vista como parceladamente<sup>35</sup>. O contexto de conclusão da liberdade na vila de São José del-Rei está inserido em ambas as explicações, como recuperar o valor do escravo conjugado com a liberdade de perambular pelas vilas e arraiais trabalhando e adquirindo pecúlio nas mais variadas ocupações.

A única assertiva que precisa ser ponderada na análise das alforrias da vila de São José del-Rei é que nem todos os alforriados moravam em ambiente urbano. Muitos eram moradores de paragens próximas ou distantes da vila. De tal modo que os pagamentos eram diversos, desde ouro em pó até cabeças de gado. Tal situação está presente na Escritura de Alforria e Liberdade de Ana preta mina, que, em 1780, pagou à sua senhora, Custódia Correa, o seu valor de oitenta mil réis<sup>36</sup>. Da mesma forma, fez Maria benguela ao alcançar sua liberdade em 1754, quando seu senhor Felix Bustamante afirmou que a escrava

No que tange ao gênero para São João del-Rei observou-se que em 560 libertos 57% são mulheres e os homens somam apenas 43% entre crianças e adultos. Para Barbacena, apesar da distância temporal os números são semelhantes 43 % homens e 57% mulheres, incluindo as crianças. Essa dinâmica ocorre em algumas regiões do Brasil<sup>37</sup> apontando para a unanimidade de mulheres alforriadas.

Dessa forma, talvez o único ponto a ser ressaltado nessas explicações fosse a abordagem sobre a desvalorização da mulher escrava, pois em Minas Gerais o estudo acerca da mulher forra tem demonstrado a capacidade que essas mulheres tiveram ao adquirirem alforria e uma relativa riqueza pelo seu trabalho e indústria.<sup>38</sup> Para além desses motivos, é preciso considerar que muitas mulheres recriaram na América portuguesa costumes africanos, possibilitando a aquisição de pecúlio para a compra da liberdade. Segundo Frederick Barth, através da interação entre pessoas de diferentes culturas, seria esperado que as diferenças se reduzissem ou desaparecessem, uma vez que gerou uma comunidade cultural. Mas o que ocorreu foi a persistência de grupos em contato, implicando a persistência de diferenças culturais<sup>39</sup>.

---

<sup>35</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716- 1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 168.

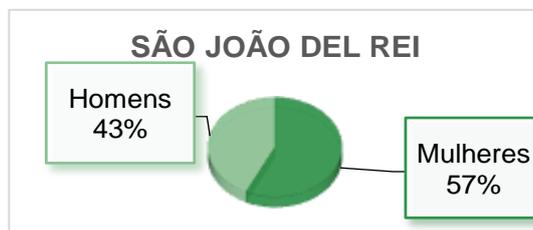
<sup>36</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Escritura de Alforria de Ana preta mina. Livro de Notas (1779-1781) fl.90.

<sup>37</sup> Como: Eisenberg em Campinas (1989), Mattoso na Bahia (1990).

<sup>38</sup> A capacidade de as mulheres forras terem uma relativa riqueza está presente nos trabalhos de Sheila de Castro Faria, para São João del-Rei; de Luciano Figueiredo, sobre as negras quitadeiras para Minas Gerais; e de Eduardo França e Paiva, sobre essa temática juntamente com a questão cultural.

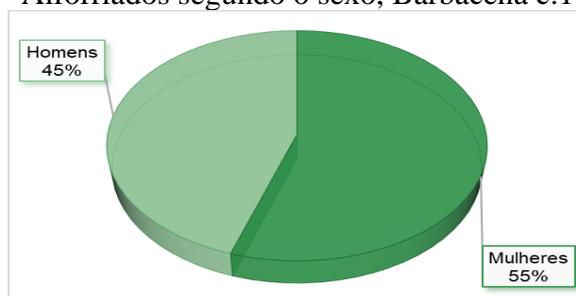
<sup>39</sup> BARTH, Frederick. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In LUSK, Tombe (Org). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p. 35.

Gráfico IV - Alforriados segundo o sexo, São João del-Rei c.1775- c.1800



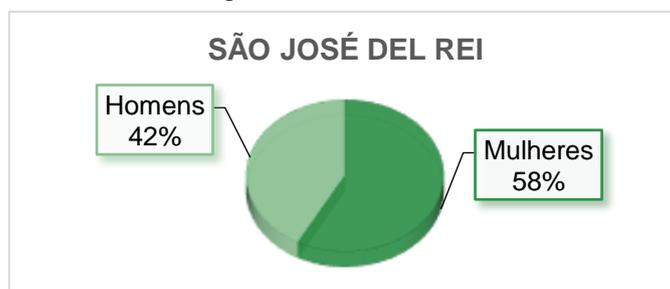
Fonte: Arquivo Técnico do IPHAN.Livros de Notas do 1º e 2º de São João del-Rei (c.1775- c.1800)

Gráfico V - Alforriados segundo o sexo, Barbacena c.1796-1 c.800



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi, Livros de Notas do 2º Ofício de Barbacena (c.1796- c.1800)

Gráfico VI - Alforriados segundo o sexo, São José del-Rei c.1799-c.1800



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi, Livros de Notas do 2º Ofício de São José del Rei , c.1799- c.1800.

A primazia dada às escravas nas alforrias é apontada na historiografia através da não equivalência dos preços entre escravos masculinos e femininos. Nesta perspectiva, os homens teriam uma valorização monetária maior, pelo fato de serem requisitados para o trabalho pesado ligado a grande lavoura, o que dificultaria o acesso à alforria. Enquanto as mulheres ocupariam determinadas faixas da sociedade, desenvolvendo atividades ligadas ao comércio ambulante, o que possibilitaria o acúmulo de pecúlio e a respectiva compra da liberdade, a aquisição de escravos e outros bens. A partir das

atividades exercidas pelas mulheres ocorreriam os laços afetivos com a classe senhorial, levando-as ao maior número de alforrias gratuitas<sup>40</sup>.

A partir da chegada dos africanos na América Portuguesa, é preciso analisar sua organização em grupos étnicos a partir dos etnônimos impostos nos portos de embarque. Para tal, é necessário apreender a concepção de grupos étnicos e adscrições. Os grupos étnicos, segundo Barth, “são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores; conseqüentemente, têm como característica organizar as interações entre as pessoas”<sup>41</sup>.

Tendo em vista a aceção de grupo desenvolvida por Barth e as condições da apreensão de escravos no interior da África<sup>42</sup>, o nome correspondente à etnia que os escravos recebiam ao chegar na América portuguesa seria o da região de embarque ou captura, e não o da sua sociedade de origem<sup>43</sup>. Infere-se assim, que os africanos que tiveram constantes contatos interétnicos, quer na África ou na América portuguesa, reconstruíram sua identidade de grupo a partir de uma categoria atributiva que passou a ser empregada por eles para se automearem.

Esse processo de criação de uma identidade em terras brasileiras, em especial nas vilas Setecentistas, se deu na adequação entre as formas de auto-adscrição dos diferentes grupos africanos a partir dos etnônimos emprestados pelo sistema escravista. Essa aceitação de novos nomes levou também à internalização de conteúdos sociais que a estes se referiam. Para Maria Inês Cortez de Oliveira, “os próprios grupos foram adquirindo sentido em si mesmos, criando suas próprias regras e definindo, no embate da convivência social, os limites indicativos de afiliação ou exclusão, que orientavam o comportamento de seus membros e serviam para classificar socialmente os demais”<sup>44</sup>.

A aceitação dos nomes de nação impostos pelo sistema escravista e dos papéis desempenhados pelos atores portadores de cada etnônimo é perceptível nos testamentos, que, mesmo sendo um documento oficial, expressa a última vontade do testador. Nos

---

<sup>40</sup> EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos: Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil Séculos XVIII e XIX*. Campinas: ED. Unicamp, 1989, p.265.

<sup>41</sup> Barth, 2000, p. 27.

<sup>42</sup> Devido ao tráfico interno, ocorria uma mistura de etnias pelos traficantes antes mesmo de chegarem aos portos de embarque africanos.

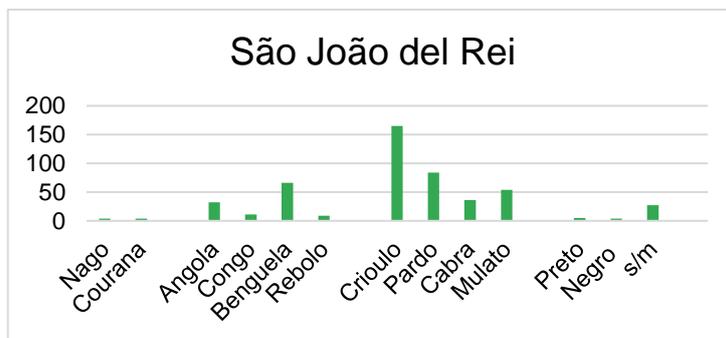
<sup>43</sup> OLIVEIRA, Maria Inês Cortez. Viver e morrer no meio dos seus: Nações e comunidades africanas na Bahia do séc. XIX. *Revista USP*, São Paulo (28) 174-193. dez./fev. 95/96; e KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-2850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>44</sup> Oliveira, 1995-1996), p. 176.

testamentos analisados, a maioria se autoneomeou como natural da Costa da Mina, outros apenas se autoneomaram como pretos forros, apontando sua procedência africana sem mencionar a “nação”. Entre as esposas, apenas Quitéria Antônia de Andrade disse ser natural de Guiné da Costa de Cobú<sup>45</sup>; mas seguindo a divisão de Karasch, essa região era englobada pela Costa da Mina.<sup>46</sup>

No que tange às alforrias, no corpo da carta vislumbra-se o nome de nação conhecido e dado pelo senhor ao seu cativo. Assim, na petição que antecede a Carta de Alforria, é possível observar a auto-adscrição que o africano impunha-se. Na maioria das petições de registros, os forros utilizaram a mesma auto-adscrição que se encontra no corpo da alforria. Assim, a cor e a naturalidade se mesclam, pois em boa parte das cartas de liberdade não há o registro destas características. Observa-se que para a primeira metade dos oitocentos a menção aos portos de embarques dos escravizados está presente após o fim do tráfico transatlântico são chamados de Africanos. Para São João del-Rei as alforrias sem menção a cor/naturalidade são a maioria. Neste período, os senhores não achavam mais necessário conhecer a origem de seus mancípios, pois a maioria dominava o português e tinham descendentes no Brasil. Segundo Slenes, a preocupação dos fazendeiros e autoridades do governo em denominar a etnia e conhecer a cultura dos escravos era para assegurar seu controle e evitar surpresas desagradáveis<sup>47</sup>.

Gráfico VII - Naturalidade e cor dos alforriados de São João del Rei, c.1775- c.1800



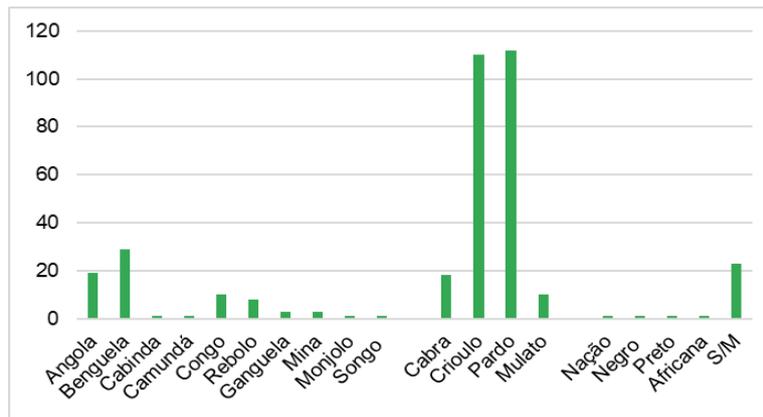
Fonte: Arquivo Técnico do IPHAN. Livros de Notas do 1º e 2º de São João del-Rei, C.1775-1800.

Gráfico VIII- Naturalidade e cor dos alforriados de Barbacena, c.1796- c.1800

<sup>45</sup> MRSJDR. Testamento de Quitéria Antônia de Andrade. Livro 2.

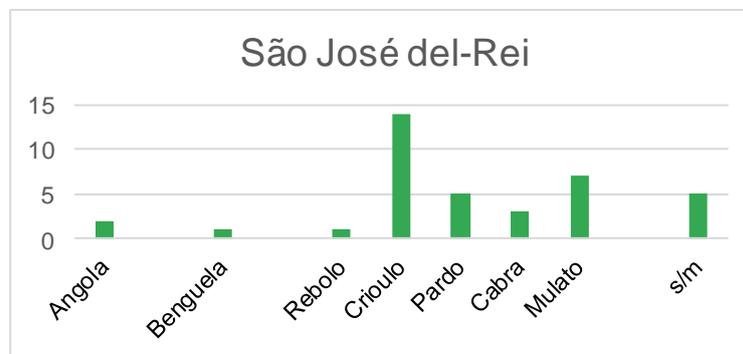
<sup>46</sup> KARASCH (2000), p. 63.

<sup>47</sup> SLENES, Robert. “Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil. IN: *Revista USP*, nº.12, 1991/92.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi, Livros de Notas do 2º Ofício de Barbacena (c.1799- c.1800)

Gráfico XIX- Naturalidade e cor dos alforriados de São José del Rei, c.1799-1800



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi, Livros de Notas do 2º Ofício de São José del Rei , c.1799- c.1800.

O tema do embranquecimento da população foi trabalhado por Mattos e Libby<sup>48</sup> e sabe-se que esse fenômeno não ocorreu apenas nas últimas décadas da escravidão, mas já estavam presente nos registros de batismo nos setecentos.

### Considerações Finais

Esse artigo foi construído a partir dos dados coletados por jovens pesquisadores da educação básica integrada ao Ensino Médio e um dos objetivos da pesquisa era comparar a dinâmica da alforrias nas cidades de Barbacena e São João del-Rei, nos anos finais da escravidão no Brasil. Porém, ao mapear as fontes para Barbacena observou-se que os Livros de Notas ainda estão sob a salvaguarda dos Cartórios de Notas da cidade. Essa situação dificultou a pesquisa, pela ausência de local adequado de pesquisa, acesso

<sup>48</sup> Mattos, 1993; LIBBY, Douglas C. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010.

aos index de livros de Notas do 1º Ofício e a restrição de tempo na transcrição dos documentos. A partir desses empecilhos solicitou-se ao Juiz do Foro, responsável pelos Cartórios, que permitisse a fotografia e o traslado da documentação para o Arquivo Municipal Altair Savassi, que foi negado. Esse traslado faz-se necessário porque os tabeliões prestam concurso e o acervo muda de local podendo ocasionar perdas da documentação. O intuito é resguardar a documentação que não está bem acondicionada na casa dos tabeliões.

Apesar das circunstâncias adversas da pesquisa, o projeto cumpriu com os objetivos previstos para a sua execução, mudando apenas o recorte cronológico. No decorrer do projeto observou-se que nos Cartórios encontra-se um grande acervo de livros de Notas e conseqüentemente alforrias. Esse acervo é objeto de novos projetos de pesquisa.

Portanto, percebeu-se o quanto a pesquisa no Ensino Médio é importante para a educação histórica da comunidade escolar, e o quanto a aprendizagem dos alunos pode ser maior quando se trabalha na prática com aquilo que veem todos os dias, criando os materiais históricos que sempre tem contato nas aulas e compreendendo a importância deles.

## **Referências bibliográficas e fontes**

### **a) Fontes**

Alforrias – Cartórios do 1º e 2º Ofício de Barbacena

Alforrias – Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi, Livros de Notas do 2º Ofício de Barbacena (c.1799- c.1800)

Alforrias – Arquivo Técnico do IPHAN. Livros de Notas do 1º e 2º de São João del-Rei, c.1775-1800.

### **b) Artigos e livros**

AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Negras Minas Gerais: Uma História da Diáspora Africana no Brasil colonial*. 1999. Tese (Doutorado)–Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ALMEIDA, Carla Maria C. Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia tentativa de periodização. *LPH: Revista de História*, n. 5, p. 100, 1995.

- ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites Regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro*. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARANTES, Sirleia Maria. “Por minha agência e trabalho”: os libertos nas Minas setecentistas, vilas de São José del-Rei e São João del-Rei (1736-1808). Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2017.
- BARTH, Frederick. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In LUSK, Tombe (Org). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português & latino. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728.
- CUNHA, Manuela Carneiro. Sobre os silêncios da lei. Lei costumeira e positiva nas Alforrias de escravos no Brasil do século XIX. *Revista Mexicana de Sociologia*, México, v.46, nº2, p.45- 60, abr/jun.1984.
- EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos: Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil Séculos XVIII e XIX*. Campinas: ED. Unicamp,1989, p.265.
- GONÇALVES, Andrea Lisly. *As margens da liberdade: Estudo sobre a prática da alforria em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831- 1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- FARIA, Sheila de Castro. Alforria. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil.- 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas C. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais, século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- \_\_\_\_\_; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. “Reconstruindo a liberdade – alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850”, *Varia História* 30, julho 2003, p.112-151.
- \_\_\_\_\_. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-2850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, Douglas. *A polissemia das alforrias: significados e dinâmicas das libertações de escravos nas Minas Gerais setecentistas*. 2014. Dissertação (Mestrado)-Departamento de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da; LIMA, Maurício Antônio de Castro. População de Minas Gerais na segunda metade do Séc. XIX. In: X Seminário Sobre a Economia Mineira. X, 2002, Diamantina. In: Anais... Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2002.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

MONTI, Carlo Guimarães. Por amor a Deus: O processo de alforria dos escravos de Mariana (1750-1759). *Revista do Centro Universitário Barão de Mauá*, São Paulo, v. 1, n. 1, jan/jun 2001.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortez. Viver e morrer no meio dos seus: Nações e comunidades africanas na Bahia do séc. XIX. *Revista USP*, São Paulo (28) 174-193. dez./fev. 95/96.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716- 1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

RESENDE, Edna Maria. Do debate político à notícia: a imprensa periódica em Barbacena - séculos XIX e XX. *Mal Estar*, v .5, nº8, p.15- 26, jan/jun. 2012. p. 125.

RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840)*. Tese de doutorado, UFMG, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SLENES, Robert. “Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil. IN: *Revista USP*, nº.12, 1991/92.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A luta pela alforria*. \_\_\_\_\_. (Org.). Brasil: Colonização e Escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000,

VELLOSO, Herculano. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José: nos tempos coloniais*. Belo Horizonte, 1955.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 21, jul. 1999.